

O advento da Nova Diplomacia Pública e as Relações Públicas Internacionais: o caso do Instituto Confúcio

The advent of New Public Diplomacy and International Public Relations: the case of the Confucius Institute

El advenimiento de la Nueva Diplomacia Pública y las Relaciones Públicas Internacionales: el caso del Instituto Confucio

Guibson Dantas

UFRGS

<guibsondantas@outlook.com>

Brandy Aguiar

UFRGS

<brandyaguiar@gmail.com>

Resumo

O diálogo dos Estados com a comunidade internacional, com fulcro em informar e influenciar a formação de opinião, ganhou novos contornos com o surgimento das tecnologias digitais. Neste texto, a Nova Diplomacia Pública é apresentada como uma atividade comunicativa de alcance internacional e de caráter público, político e estratégico, situada no âmbito de interesse das Relações Públicas Internacionais, em razão de estratégias de comunicação para o estabelecimento do diálogo e da geração de vínculos entre os atores internacionais e seus públicos. Para realçar a sua importância, é trazido à baila o caso do Instituto Confúcio, a saber, instituição sem fins lucrativos dedicada à promoção da língua e cultura chinesa no mundo.

Palavras-chave: Relações Públicas Internacionais. Diplomacia Pública. Opinião Pública. Soft Power. Comunicação Internacional.

Abstract

The dialogue between States and the international community, with a focus on informing and influencing opinion formation, gained new contours with the emergence of digital technologies. In this text, the New Public Diplomacy is presented as a communicative activity of international reach and of a public, political and strategic nature, situated within the scope of interest of International Public Relations, due to communication strategies for establishing dialogue and generating links between international actors and their audiences. To highlight its importance, the case of the Confucius Institute is brought to the fore, namely, a non-profit institution dedicated to promoting the Chinese language and culture in the world.

Keywords: International Public Relations. Public Diplomacy. Public opinion. Soft Power. International Communication.

Resumen

El diálogo entre los Estados y la comunidad internacional, centrado en informar e influir en la formación de opinión, adquirió nuevos contornos con el surgimiento de las tecnologías digitales. En este texto, la Nueva Diplomacia Pública se presenta como una actividad comunicativa de alcance internacional y de carácter público, político y estratégico, situada en el ámbito de interés de las Relaciones Públicas Internacionales, debido a estrategias comunicativas para establecer diálogo y generar vínculos entre las relaciones internacionales. actores y sus audiencias. Para resaltar su importancia, se trae a primer plano el caso del Instituto Confucio, institución sin fines de lucro dedicada a promover la lengua y la cultura china en el mundo.

Palabras clave: Relaciones Públicas Internacionales. Diplomacia Pública. Opinión pública. Poder blando. Comunicación Internacional.

Introdução

Relações Públicas Internacionais (RPI) é uma subárea do conhecimento centrada na interlocução entre as Relações Públicas e as Relações Internacionais (Dantas, 2023b). É possível dizer que a sua esfera de atuação é ampliada em consonância com a eclosão de novos conceitos nos campos em comento. Um exemplo disso é o recente interesse dos pesquisadores de RPI pela diplomacia pública, conceito advindo das Relações Internacionais, que acena, por sua vez, para o diálogo de Estados com públicos externos, a fim de informar e influenciar a formação de opinião.

A mais popular concepção acerca do conceito de diplomacia pública foi cunhada por Edmund Gullion¹, em 1965, e envolve estratégias e ações contínuas para promover interesses nacionais e políticas externas (Iyamu, 2004; Fisher, 1972). Com isso, abrange interações organizacionais e o cultivo de relacionamentos positivos mútuos entre Estados e organismos estatais e não estatais. Igualmente, abarca diversos atores sociais e governamentais como representantes de entidades públicas e privadas, diplomatas, políticos e enviados oficiais. Para Guillón (*apud* Azpíroz, 2012, p. 14):

A diplomacia pública [...] trata sobre a influência das atitudes públicas na informação e execução de políticas exteriores. Abarca dimensões de relações internacionais muito além da diplomacia tradicional, o cultivo da opinião pública por parte dos governos, a interação de grupos privados e interesses de um país com os de outro, a informação sobre assuntos externos e seu impacto na política, a comunicação entre aqueles cujo trabalho é a comunicação, assim como entre diplomatas e correspondentes estrangeiros, e os processos de comunicações interculturais.

Mas, o que difere a diplomacia pública da diplomacia tradicional?² Wolf e Rosen (2005) afirmam que a diplomacia pública é destinada ao conjunto de cidadãos, isto é, aos vários públicos que compõem o corpo social, enquanto a diplomacia tradicional é endereçada à relação entre os Estados que fazem parte do sistema internacional³. Além disso, a informação gerada pela diplomacia pública é transparente e de conhecimento comum, ao passo que a informação oriunda da diplomacia tradicional tende a ser sigilosa ou até mesmo secreta.

1 Edmund Asbury Gullion (1913-1998) foi um diplomata estadunidense, considerado um dos embaixadores de carreira mais talentosos do país. O último cargo exercido por Gullion no Departamento de Estado foi como embaixador dos Estados Unidos no recém-independente Congo. Além do país africano, também trabalhou na França, Finlândia, Grécia e Vietnã. Também atuou como reitor da Fletcher School of Law and Diplomacy entre os anos de 1964 e 1978 (JFK Library, 2023).

2 Utiliza-se neste texto a concepção de diplomacia cunhada por Barston (1988), que a define como "a gestão de relações entre Estados e outros atores. Desde uma perspectiva estatal, a diplomacia envolve o assessoramento, a determinação e a implementação da política externa. Como tal é o meio pelo qual os Estados, através dos seus representantes formais e outros representantes, assim como outros atores, articulam, coordenam e asseguram interesses particulares ou mais amplos, utilizando para isto a correspondência, conversações privadas, intercâmbios de ponto de vista, ações de lobby, visitas, ameaças e outras atividades relacionadas".

3 Esfera onde ocorrem as relações internacionais (Dantas, 2023).

Tabela 1 - Tipologias de diplomacia

Tipo de diplomacia	Informação	Público(s) de destino
Tradicional	Sigilosa ou secreta	Estados
Pública	Sigilosa ou secreta	Estados
Pública	Transparente e de conhecimento comum	Sociedade em geral (vários públicos)

Fonte: elaborado pelos autores

De acordo com Banks (2020), a prática da diplomacia pública compreende cinco grandes espectros: escuta, informação, advocacia, conexão e empoderamento. Sob cada um deles, há o desígnio de engajar e influenciar públicos locais e globais, para fins de obtenção de credibilidade e reputação e, assim, realizar mudanças. No âmago dessas associações, na esteira da posição do cientista político Joseph Nye (2004), Snow (2020) destaca que na diplomacia, as dinâmicas de poder estão presentes de forma intrínseca. Com efeito, para Nye (2004), o poder denota a habilidade de influenciar o comportamento de outros para lograr objetivos próprios.

Entretanto, vale ressaltar, é no contexto relacional em que se exerce o poder que determina a sua forma. Nye (2004) estabelece três caminhos possíveis para sua execução: coerção, mediante comandos e ameaças; persuasão, através de pagamentos ou demonstração de recursos econômicos amplos; atração do alvo, com o intuito de cooptá-los a favor de seus interesses.

A terceira alternativa proposta pelo teórico é denominada de *soft power* (poder suave ou brando), em termos mais específicos, trata-se de um processo indireto de exercício de poder que se dá mediante

uma influência discursiva e cultural intencional, e que apresenta, por seu turno, alta capacidade para mudar a opinião pública e conquistar sua adesão. Assim, no lugar de sanções, guerras e embargos econômicos, considerados pelo autor como formas de *hard power*, abre-se uma nova arena de disputa na diplomacia, complementar às demais estratégias de exposição de autoridade e prestígio. Nela, o que está em jogo é a capacidade de gerar confiança e afinidade para legitimar suas políticas externas (Dantas, 2022), dado que “um país pode obter os resultados que deseja na política mundial porque outros países – admirando seus valores, seguindo seu exemplo, aspirando seu nível de prosperidade e franqueza – querem segui-lo” (Nye, 2004, p.5).

A Nova Diplomacia Pública

Em uma ótica tradicional, a diplomacia pública é baseada em relações governo-para-governo (G2G) ou governo-para-pessoa (G2P), considerando os cidadãos apenas como receptores. No entanto, com o maior alcance das tecnologias da comunicação – que potencializaram as manifestações populares e o acesso às informações de interesse público – e a ampliação do fluxo cultural entre cidadãos ao redor do globo, nota-se uma transformação dos movimentos diplomáticos, com maior interferência da sociedade nas decisões políticas. Sendo assim, configura-se um engajamento pessoa-para-pessoa ou ‘P2P’, com a avaliação da maneira pela qual tanto o governo quanto os indivíduos e grupos privados “influenciam de forma direta e indireta nas atitudes e opiniões públicas que norteiam as decisões de política externa de outros governos” (Snow, 2009, p.6).

As dinâmicas que envolvem essa reciprocidade e contato exigem o compromisso de abrir e expandir fronteiras, não necessariamente geográficas. Em outras palavras, significa acolher e abordar com responsabilidade demandas e questionamentos de grupos, indivíduos e setores da sociedade, de origens e realidades sociais diversas, que antes estavam à margem do processo da tomada de decisões dos considerados ‘assuntos públicos’ dentro de um determinado contexto.

Szondi (2009) identificou uma radical mudança no que diz respeito à tratativa da diplomacia pública em relação aos públicos. A então diplomacia pública tradicional, focada em persuadir através da propaganda e da intimidação gerada pelo poderio bélico e financeiro, passou a dividir espaço com chamada Nova Diplomacia Pública⁴, que no cerne de suas práticas de negociação, valoriza o diálogo entre as partes.

Tabela 2 - Diplomacia pública tradicional versus Diplomacia pública do século XXI

	Diplomacia pública tradicional	Diplomacia pública do século XXI
Condições	Conflito, com tensões entre Estados	Paz
Objetivos	Alcançar a mudança política nos países-alvo através da mudança de comportamento	Promover os interesses políticos e econômicos para criação de um ambiente receptivo e uma reputação positiva para o país no exterior
Estratégias	Persuasão Gerenciamento dos públicos	Construir e manter relacionamentos Engajamento com os públicos
Direção comunicacional	Comunicação de via de mão única (monólogo)	Comunicação de via de mão dupla (diálogo)
Pesquisa	Insuficiente	Pesquisas científicas com feedback
Contexto da mensagem	Ideologias Interesses Informação	Ideias Valores Colaboração
Audiência-foco (públicos)	Público “geral” da nação-alvo; Emissores e receptores de mensagens	Segmentada, públicos bem definidos + públicos locais; participantes
Canais	Mídias tradicionais	Mídias tradicionais e novas mídias
Orçamento	Governamental	Parceria público-privada

Fonte: (SZPNDI, 2009, p. 11, tradução nossa)

4 Entre os vários exemplos de estratégias norteadas pelo conceito de nova diplomacia pública, destacam-se as exposições universais. De acordo com Goldman (2016, p. 91), “por seu potencial de promoção da imagem de países e cidades junto a milhões de visitantes e pela repercussão que podem alcançar por meio da imprensa e das mídias sociais, as exposições universais constituem objeto de interesse natural para o campo da diplomacia pública”.

A Nova Diplomacia Pública possui uma visão geral mais discursiva do que instrumental, que para lograr um diálogo transparente e efetivo se vale da participação de diferentes atores da sociedade civil global, que “possuem o conhecimento e a credibilidade necessários para defender determinados interesses e valores, gerar confiança e poder colaborar com seus homólogos no exterior” (Azpíroz, 2012, p. 60). É possível citar, como *case* de sucesso, o grupo de K-pop chamado BTS⁵, que atua na esfera diplomática da Coreia do Sul

como mediador dos anseios da juventude e, ao mesmo tempo, transmite, a esse mesmo público, temas emergentes da pauta internacional, resultando na aproximação entre as gerações mais novas e a alta esfera governamental do país (Aguiar, 2022).

Villanova (2017), com base nas nomenclaturas propostas por Cull (2008), afirma que, entre os componentes da Nova Diplomacia Pública, sobressaem a escuta, a *advocacy*, a diplomacia cultural, a diplomacia de intercâmbio e a difusão internacional.

Tabela 3 - Componentes da Nova Diplomacia Pública

Componente	Descrição
Escuta	Pesquisa de opinião pública para redirecionar políticas ou suas ações de diplomacia pública
<i>Advocacy</i>	Promoção de políticas, ideais ou interesses para públicos estrangeiros com o objetivo de influenciar sua opinião
Diplomacia cultural	Conjunto de iniciativas com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional ao tornar sua cultura conhecida no exterior
Diplomacia de intercâmbio	Conjunto de ações com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional por meio de intercâmbio de cidadãos para períodos de estudo
Difusão cultural	Conjunto de ações com o objetivo de gerenciar o ambiente internacional por meio da veiculação de conteúdos nos meios de comunicação de massa para lograr engajamento com públicos estrangeiros

Fonte: elaborada pelos autores.

⁵ Também conhecido como Bangtan Boys, o BTS é um grupo masculino sul-coreano conhecido por sua grande quantia de fãs internacionais e pela presença constante na mídia social. Aguiar (2002, p.44) afirma que “em 2021, o BTS recebeu de Moon Jae-in, então presidente da Coreia do Sul, a posição de Enviados Presidenciais Especiais para Futuras Gerações e Cultura, juntamente de passaportes diplomáticos para cada integrante”.

A “escuta” é, de acordo com Cull (2008), o componente que dá início a qualquer iniciativa bem-sucedida no campo da diplomacia pública. Nesse sentido, remonta ao esforço de gerenciar o ambiente internacional, ou seja, coletar e analisar a opinião dos públicos para, assim, poder redirecionar políticas ou ações diplomáticas. Ressalta-se que as etapas que compreendem a “escuta” na ótica de Cull se assemelham com o processo de Relações Públicas defendido por Fortes (2003), pois este também destaca a importância da apreciação do comportamento dos públicos para que se possa fazer um levantamento das condições internas e, conseqüentemente, um ajuste das políticas administrativas do ator envolvido.

Já o componente “advocacy” envolve a “promoção de políticas, ideias ou interesses por um ator internacional para os públicos estrangeiros com o objetivo de influenciar sua opinião” (Villanova, 2017, p. 64). As relações de uma embaixada com a imprensa local mediadas por uma assessoria de imprensa ou o trabalho de informação dos ministérios de relações exteriores são exemplos da prática de “advocacy”.

O fato de o trabalho de “advocacy” ser essencialmente de persuasão, no qual o Estado tenta promover uma determinada política para cooptar outro ator, leva Bonfin (2017, p. 4) a sustentar que “todas as ações de diplomacia pública têm fundamento no “advocacy”, já que defendem ideias especialmente interessantes para o país”.

A “diplomacia cultural” é um componente que busca promover temas que gerem benefícios recíprocos a cidadãos

dos Estados envolvidos. O fato de criar experiências multissensoriais, faz com que as atividades culturais promovidas por um Estado em outro “também repercute positivamente no plano comercial, favorecendo, sempre a título de pano de fundo, o fortalecimento de um clima de confiança nas qualificações desse país” (Ribeiro, 2011, p. 39).

A “diplomacia de intercâmbio”, comumente se refere aos projetos patrocinados pelas chancelarias, com o intuito de levar formadores de opinião para conhecer o país ou a concessão de bolsas de estudo para estudantes com destacada performance acadêmica. De acordo com Villanova (2017, p. 67):

A diplomacia de intercâmbio baseia-se no conceito de “líder” ou “multiplicador”. Trata-se de indivíduo conceituado em seu ramo de atividades que é convidado a levar sua experiência pessoal a culturas estrangeiras, na expectativa de que o efeito multiplicador de seu exemplo/depoimento será complementar a outras iniciativas de comunicação para aquele público-alvo.

Por fim, a “difusão internacional” é um componente que utiliza os meios de comunicação de massa como rádio, televisão e internet, como instrumentos de veiculação de notícias que facilitem a adesão pública aos interesses do Estado. Vale sublinhar que esse é um componente que difere dos demais, pois todos os outros empregam estratégias de comunicação dirigida, isto é, transmitem informações para estabelecer comunicação limitada e orientada para públicos específicos (Ferreira, 1997).

Nova Diplomacia Pública e o Instituto Confúcio

No início deste século, os governos têm cada vez mais investido em ações norteadas pela Nova Diplomacia Pública, com ênfase no estabelecimento de canais de comunicação para veicular os seus valores para os públicos estrangeiros. A criação de institutos de difusão cultural é um dos principais empreendimentos no campo das Relações Públicas Internacionais, visto que granjeiam boa receptividade por parte das comunidades locais, enquanto importantes instrumentos de formação de opinião pública.

Entre as entidades que atuam com essa finalidade, destaca-se o Instituto Confúcio: organização internacional sem fins lucrativos, dedicada à promoção da língua e da cultura chinesa no mundo. A referida instituição opera em parceria com universidades estrangeiras fora do território chinês desde 2004, quando inaugurou sua primeira sede em Seul, capital da Coreia do Sul. Desde então, o número de institutos se multiplicou, refletindo o protagonismo da China no sistema internacional e o crescente interesse global pela língua e pela cultura do país.

O Instituto Confúcio atua nos âmbitos educacionais e culturais, oferecendo ao público bibliotecas com acervos de diversas áreas do saber produzidos na China, bem como apoio em prol de intercâmbios estudantis entre esse país e outros. Outrossim, funciona como plataforma para atividades culturais e artísticas chinesas através de eventos internos e externos.

Nessa direção, com o propósito de alcançar o entendimento e a cooperação entre a China e outras nações, o Instituto Confú-

cio investe, sobretudo, em dois componentes da Nova Diplomacia Pública, consoante os ensinamentos de Cull (2008): Diplomacia Cultural e Diplomacia de Intercâmbio.

A Diplomacia Cultural pode ser definida como uma série de iniciativas empreendidas por um ator internacional com o intuito de influenciar outros atores, notadamente por meio da divulgação de suas ações e eventos culturais no exterior (Villanova, 2017). Nesses termos, vale dizer que tal diplomacia acena para a exportação da cultura de um país para nações estrangeiras.

Para estimular assuntos de interesse mútuo, o Instituto Confúcio organiza periodicamente eventos e atividades culturais voltadas para a aproximação, não apenas de alunos, mas da sociedade como um todo, no local no qual está sediado, da cultura chinesa. No sul do Brasil, mais precisamente, na cidade de Porto Alegre, por exemplo, o instituto instalado no campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) organizou, entre os anos de 2022 e 2023, mais de 25 eventos. Dentre eles, destacam-se o Ano Novo Lunar, também conhecido como Ano Novo Chinês e o *Chinese Bridge* (Kuhn, 2023).

O Ano Novo Lunar – também conhecido como Festival da Primavera ou Ano Novo Chinês – é a celebração milenar mais popular da China, que marca o começo de um novo ano, de acordo com o calendário lunar asiático. Com base nos movimentos da lua e do sol, tal data não possui um dia fixo no calendário Ocidental, e geralmente ocorre no período de 21 de janeiro a 20 fevereiro de cada ano. O *Chinese Bridge*, por sua vez, é uma competição que possui o formato de show de talentos. O Instituto Confúcio realiza a atividade em apreço

anualmente, com a finalidade de encorajar os estudantes a demonstrar suas habilidades e seus conhecimentos históricos, culturais e linguísticos sobre a China.

Em ambos os eventos, observa-se o desejo de promover os valores chineses através do diálogo e troca cultural com outras nações. Isso corrobora com a orientação do próprio Xi Jinping, durante a 12ª sessão de estudo coletivo do Birô Político do 18º Comitê Central do Partido Comunista Chinês, que aconteceu em dezembro de 2013. Na ocasião, o mandatário afirmou que:

Para aumentar o poder brando cultural do país, é necessário difundir o conceito de valores da China contemporânea, que é justamente o conceito de valores do socialismo com características chinesas e que representa o rumo do desenvolvimento da cultura avançada da China. [...] Para aumentar o poder brando cultural do país, é necessário nos esforçar para mostrar o encanto singular da cultura chinesa. No decorrer de mais de 5.000 anos, a nação chinesa conseguiu desenvolver uma brilhante cultura, vasta e profunda. [...] Devemos dar atenção especial à criação da imagem do nosso país, mostrando como pontos prioritários a imagem de um grande país com uma civilização de profunda conotação histórica, unidade étnica e diversidade e harmonia cultural. [...] Temos e otimizar nossa capacidade de comunicação internacional, construir bem o sistema e comunicação para o exterior, utilizar melhor o papel das novas mídias e fortalecer a nossa criatividade, influência e fé pública da nossa voz no

exterior, contando bem as nossas histórias, transmitindo bem a nossa voz e interpretando bem as nossas características. Devemos reforçar a divulgação positiva sobre a excelente cultura e gloriosa história do nosso povo e da nossa nação. (Jinping, 2019, p. 194-197).

A Diplomacia de Intercâmbio empreendida pelo Instituto Confúcio, por sua parte, direciona o olhar para iniciativas que promovam uma integração entre cidadãos chineses e estrangeiros por meio de períodos de estudo ou imersão cultural (Menechelli, 2023). Em conformidade com os Princípios Gerais da Constituição e Estatutos dos Institutos Confúcio (Hanban, 2014), esses espaços:

Se empenham para atender às necessidades de pessoas de diferentes países e regiões do mundo que aprendem o idioma chinês, para aumentar o conhecimento sobre a cultura e o idioma chinês, para fortalecer o intercâmbio cultural e educacional e a cooperação entre a China e outros países, para aprofundar as relações de amizade com outras nações, para promover o desenvolvimento do multiculturalismo, e para construir um mundo harmonioso.

Os estudantes, profissionais ou pesquisadores nacionais de outros países que se beneficiam de bolsas de estudo concedidas pelo Instituto Confúcio atuam como uma espécie de embaixadores informais do país após o término do período de sua concessão. De acordo com Villanova (2017), na

Nova Diplomacia Pública, os embaixadores informais são de suma importância para a construção de uma imagem positiva do país concedente da bolsa de estudos, em decorrência da capacidade de transmissão de seus valores, mesmo em situações atravessadas por limitações orçamentárias, geográficas ou culturais.

Considerações finais

A evolução das táticas da diplomacia pública se deve, sobretudo, às mudanças ocorridas na sociedade por conta da comunicação globalizada, potencializada pela natureza colaborativa das novas mídias, como o Instagram, Facebook, Youtube e X⁶. Esse cenário compeliu os formuladores de política externa dos países a incluir, entre as suas diretrizes, “o engajamento no diálogo online, identificado como recurso legítimo e necessário para influenciar a percepção sobre suas decisões políticas. Hoje, o meio digital já é considerado essencial para a co-

municação com a sociedade” (Villanova, 2017, p. 70).

À vista disso, conclui-se que, apesar dos modelos tradicionais de fazer política e diplomacia ainda estarem presentes – consideradas aqui as especificidades culturais e de desenvolvimento de cada Estado – no início deste século, surgiu uma nova forma de fazer diplomacia pública, pautada por premissas oriundas da reflexão e da prática das Relações Públicas, com ênfase no relacionamento com os públicos.

No rol de exemplos em que pode-se observar a importância e a aplicabilidade da Nova Diplomacia Pública pelos atores internacionais na contemporaneidade, merece relevo o Instituto Confúcio, que conferiu ênfase às práticas de Diplomacia Cultural e Diplomacia de Intercâmbio – dois importantes componentes que integram a Nova Diplomacia Pública –, possibilitou que a República Popular da China conquistasse maior visibilidade entre públicos estrangeiros, com destaque para os grupos sociais mais jovens.

Referências bibliográficas

AGUIAR, B. **Paving the K-Way: análise da atuação do grupo BTS como representante diplomático da Coreia do Sul**. Orientador: Guibson Dantas. 2022. 90 f. TCC (Graduação) – Curso de relações Públicas, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/253642>. Acesso em: 5 jul. 2023.

AZPIROZ, M. L. **Diplomacia pública: el caso de la ‘guerra contra el terror’**. Barcelona: UOC, 2012.

BANKS, R. **Public Diplomacy Evaluation**. In: SNOW, Nancy; TAYLOR, Philip M. *Routledge Handbook of Public Diplomacy*, 2. Ed. New York, NY: Routledge, 2020. p.64- 75.

BARSTON, R. **Modern Diplomacy**. Londres: Longman, 1988.

6 Novo nome do Twitter (TWITTER, 2023).

BONFIN, C. V. A. Diplomacia pública: interdisciplinaridade e aplicação da teoria da excelência em Relações Públicas. In: XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas, 2017, Porto Alegre. **Anais do XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas**. São Paulo: Abrapcorp, 2017.

CULL, N. J. Public diplomacy: taxonomies and histories. **The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science**, v. 616, n. 1, p. 31-54, 2008.

DANTAS, G. As Relações Públicas Internacionais como instrumento de política externa brasileira: o caso da Declaração de Teerã. **Animus. Revista Interamericana de Comunicação Midiática**, [S. l.], v. 21, n. 46, 2022. DOI: 10.5902/2175497768225. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/animus/article/view/68225>. Acesso em: 5 jul. 2023.

DANTAS, G. *Soft Power: tipologia de poder e Relações Públicas Internacionais*. In: XX Congresso de Ciências da Comunicação na região Norte, 2023, Boa Vista. *Anais do XX Congresso de Ciências da Comunicação na região Norte*. São Paulo: Intercom, 2023.

DANTAS, G. *Relações Públicas Internacionais: quatro passos para uma reorientação da subárea*. In: XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste, 2023, Campo Grande. *Anais do XXIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Centro-Oeste*. São Paulo: Intercom, 2023b.

FISHER, G. H. **Public Diplomacy and the Behavioural Sciences**. Bloomington: Indiana University Press, 1972.

FORTES, W. G. **Relações Públicas: processo, funções, tecnologia e estratégias**. 3. ed. Revista. São Paulo: Summus, 2003.

GOLDMAN, F. **Exposições universais e diplomacia pública**. Brasília: Funag, 2016.

HANBAN. **Constitution and By-Laws of the Confucius Institutes**, 2014. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20200831124420/http://english.hanban.org/node/7880>. htm. Acesso em: 30 ago. 2024.

IYAMU, V. O. *Diplomacia pública en la bibliografía actual. Ámbitos. Revista Internacional de Comunicación*, Sevilla, n 11-12, 2004. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/Ambitos/article/download/9556/8358/2934>. Acesso em: 5 jul. 2023.

JFK LIBRARY. **Edmund A. Guillion Personal Papers**, 2023. Página inicial. Disponível em: <https://www.jfklibrary.org/asset-viewer/archives/EAGPP>. Acesso em: 10 de ago. de 2023.

JINPING, X. **A governança da China**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019.

KUNH, G. K. **O Instituto Confúcio como instrumento de soft power da República Popular da China**. Orientador: José Guibson Delgado Dantas. 2023. 86 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Públicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/272551?locale-attribute=em>. Acesso em: 30 de ago. de 2024.

MENECELLI, P. **Diplomacia cultural chinesa: instrumentos da estratégia de inserção internacional da China no século XXI**. Porto Alegre: Zouk, 2023.

MORI, R. H. **Cosplay: fantasiar e expressar**. Orientadora: Dra. Selma Baptista. 2010. 101 f. TCC (Graduação) – Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <http://www.humanas.ufpr.br/portal/arquivos/MORI,%20Robson%20Hideki.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2016.

NYE, J. S. **Soft Power: the means to success in world politics**. New York, Estados Unidos: Public Affairs, 2004.

RIBEIRO, E. T. **Diplomacia Cultural: seu papel na política externa brasileira**. Brasília: Funag, 2011.

SNOW, N. *Rethinking Public Diplomacy*. In: SNOW, Nancy; TAYLOR, Philip M. *Routledge Handbook of Public Diplomacy*. New York: Routledge, 2009.

SNOW, N.; CULL, N. J. **Routledge Handbook of Public Diplomacy**. 2. ed. New York: Routledge, 2020.

SZONDI, G. **Public diplomacy and nation branding: Conceptual similarities and differences**. The Hague: Clingendael Institute. 2008.

TWITTER muda de nome, passa a se chamar X e aposenta o passarinho. **Tecnoblog**, São Paulo, 24 de jul. de 2023. Disponível em: <https://tecnoblog.net/noticias/2023/07/24/twitter-morre-mas-passa-bem-rede-social-agora-se-chama-x-e-muda-identidade-visual/>. Acesso em: 15 de jul. de 2023.

VILLANOVA, C. L. D. **Diplomacia pública e imagem no Brasil no século XXI**. Brasília: Funag, 2017

WOLF, C.; ROSEN, B. Public democracy: lessons from King and Mandela. **Policy Review**, vol. 133, 2005.

Data do recebimento: 30/07/2023

Data do aceite: 30/06/2024

Dados dos autores:

Guibson Dantas

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidad de Málaga. É professor associado do Centro de Ciências Humanas, Comunicação e Artes da Universidade Federal de Alagoas, em exercício provisório na Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Sócio-membro da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom) e da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI). Líder do Grupo de Pesquisa Comunicação e Relações Internacionais (geCOMRI) e membro do Grupo de Pesquisa Geopolítica Crítica, Sociologia do Desenvolvimento e Fronteiras (GEOF).

Brandy Aguiar

Bacharel em Relações Públicas pela UFRGS, também possui formação técnica em Publicidade e Propaganda, além de uma pós-graduação em Relações Internacionais e Diplomacia pela UNISINOS. Iniciou em 2023 mestrado em comunicação na UFRG.